

INVESTIR EM JORNALISMO CIENTÍFICO

*Eduardo Brito da Cunha **

O Conselheiro Acácio diria que o jornalismo científico não se distingue de qualquer outro jornalismo, exceto por abordar temas científicos. Estaria correto — aliás, o Conselheiro sempre está. Mas a verdade é que o jornalismo científico apresenta, a par da temática própria, uma série de especificidades, uma série de problemas próprios. Podemos abordá-los em três níveis:

- a) a relação do jornalista científico com sua fonte;
- b) a relação do veículo em que trabalha com seu público;
- c) a forma de apresentação do material jornalístico.

Exatamente por ser o que menor universo de peculiaridades apresente, em relação ao jornalismo ligado a outros temas, começaremos por este terceiro nível — é ele o que tende a condicionar (muitos prefeririam usar a palavra deteriorar) a relação com a fonte e com o público. Quantas vezes não ouvimos cientistas queixarem-se do que consideram desvirtuamento de suas palavras ou, no outro extremo, leitores considerando incompreensível determinado texto?

Para um fato se tornar notícia, em termos de ciência, deve preencher os mesmos requisitos do fato político, do fato econômico, do fato esportivo e assim por diante. Deve, portanto, como diz Juarez Bahia, (1) *apresentar um significado de comunicação para consumo*, o que pode ser decomposto em dois caracteres básicos: o ineditismo e o interesse social.

Os jornalistas encontram sua função social — os mais diretos diriam que para isso é que são pagos — precisamente para identificar nos fatos esses dois caracteres e trazê-los ao público. Nicholas Tomalin, repórter do londrino THE SUNDAY TIMES, afirmava que

“Dizer que o trabalho do jornalista é registrar fatos constitui o mesmo que lhe afirmar ser o trabalho do arquiteto o de levantar paredes. É verdade, mas falta o

* Da Universidade de Brasília e da CAPES-MEC.

essencial. A real função do jornalista — o talento que dele se requer — é criar interesse. Um bom jornalista toma um fato insípido ou uma situação extremamente específica e faz os leitores desejarem saber mais a respeito deles. Ao fazer isso ele tanto vende jornais como educa as pessoas". (5)

Foi dessa forma, acompanhando não apenas a evolução técnica dos meios de comunicação como a evolução da própria sociedade em que se incrusta seu público, que o jornalismo se transformou tecnicamente. Houve, assim, uma época em que se considerava estar o segredo do jornalismo na resposta às perguntas do *lead clássico* — o que, quem, quando, como, onde, porque e para que. A entrada em cena de novos meios de comunicação, aliada às demais modificações ocorridas durante as últimas décadas na sociedade global, torna insatisfatório o mero atendimento a essa exigência.

Dessa forma, como diz Bahia (1, p. 67), superaram-se as "*concessões exageradas à forma factual clássica*", de modo a "*desenvolver a sustentação de interesse, a fluência e a acessibilidade do estilo, a lógica, a ponderação, a objetividade, oferecendo pormenores sem afetação, rebuscamento ou prolixidade*". Poderíamos assim dizer que o jornalismo não parou em Kipling, mas recebeu doses de Hemingway a Vargas Llosa.

Em hipótese alguma, porém, se estará afastando da busca dos dois componentes básicos que reconhecemos há pouco. Por definição — uma vez que é a função social do jornalismo e aquilo que busca o seu público, afinal o seu sustentáculo econômico — mudam as formas mas não o núcleo básico do conteúdo, ou seja, o ineditismo e o interesse social.

Ao fazer-se jornalismo científico se estará procurando, evidentemente, alcançar o público alvo do veículo de comunicação ou que se exerce a atividade. Parte-se do diagnóstico do que vem a ser esse público, encontra-se um denominador comum com o universo desse público e parte-se então para a elaboração da notícia através de um formato como o descrito por Bahia.

É nisso que as coisas começam a complicar-se. Como diz Tomalin, a função social do jornalista centra-se no criar interesse. Entretanto, ao fazê-lo, nem se cogita de abandonar a fidedignidade, ou seja, a correspondência precisa entre a notícia que se leva ao leitor e o fato original. Para se chegar a isso há alguma dificuldade: não se tratará, provavelmente, de apenas repetir o que se obteve na fonte, mas de reorganizar essa informação de modo a conseguir despertar e manter o interesse do público. Isso se fará precisamente realçando o ineditismo e o alcance social do material em uma linguagem que apresente denominador comum com o leitor.

Em tese, qualquer jornalista estará adequado a fazê-lo. A regulamentação profissional vigente no Brasil atual assegura, no mínimo, que o jornalista militante tenha permanecido por quatro anos ou mais em uma instituição de ensino superior. Por mais fracas que sejam as escolas de Comunicação no País — e há boas e más, como em qualquer ramo universitário — há a garantia de que, durante esse prazo ao menos, o estudante viveu em um meio voltado para a técnica de jornalismo, impregnado dela. Terá assim, na pior das hipóteses, uma visão do que seja esse criar interesse; saberá buscar e provavelmente reconhecer o ineditismo e o alcance social dos fatos. E terá ainda a noção da necessidade de um grau de fidedignidade.

Os complicadores a que nos referimos anteriormente serão, portanto: reunirá o jornalista, que se dedica à cobertura científica, condições para buscar ou criar interesse? E reunirá condições para, reorganizando o discurso que lhe foi apresentado, garantir a fidedignidade da matéria que preparar?

A resposta à primeira pergunta será quase sempre positiva. A vivência adquirida no período universitário, quando não na vida profissional que a ela se segue ou a substitui, em geral assegurará uma *performance* satisfatória nesse sentido. A segunda questão, porém, não encontra resposta tão simples. Para proceder a essa reorganização de idéias será necessário ao profissional dominar um determinado instrumental, resumido na compreensão de uma linguagem própria. Isso é que nem sempre acontece.

Tanto num ponto quanto no outro, porém, o jornalista científico não costuma receber a compreensão daquele que constitui sua principal fonte — o cientista. Com efeito, excluindo raros casos, as fontes do jornalismo científico serão cientistas, técnicos ou semelhantes, a serviço de universidades, instituições de pesquisa, órgãos técnicos governamentais ou empresas públicas e privadas. Não seria exagero afirmar-se que aí estariam 95% das fontes de trabalho do jornalista científico.

A difícil relação entre o profissional da área e sua fonte tem origem na forma de apresentação do material jornalístico, mas suas raízes estão na posição do jornalista e do cientista na sociedade.

Mostra Manuel Calvo Hernando, presidente da Associação Ibero-Americana de Jornalismo Científico, (2) que jornalista e cientista têm muitos pontos em comum, como muitos em incomum. Destacariamos que sua condição, em ambos os casos, lhes é dada pela pertinência a estruturas burocráticas onde a evolução se baseia, em tese, no mérito. E é aí mesmo que começa a contradição entre as duas personagens.

A esmagadora maioria dos cientistas — e não só no Brasil — vincula-se a instituições universitárias ou, raramente, empresariais,

que valorizarão desempenhos que nada têm a ver com a transmissão de informações ao público de um veículo de comunicação. As estruturas empresariais vigentes e, em especial, as universitárias, não apenas deixam de valorizar a publicidade conferida a seus integrantes cientistas como, com freqüência, até a punem. Todo um trabalho que conduziria a uma tese do mestrado ou de doutoramento — assim trazendo promoção funcional ou financeira ao cientista — pode ser ameaçado pela sua divulgação pelos meios de comunicação. Isso se repetirá no dia-a-dia do cientista, implicando desestímulo a que procure ou admita o preparo de material jornalístico a respeito.

Há execuções, claro. O reitor de uma grande universidade paulista costumava estimular o noticiário sobre sua instituição, diagnosticando corretamente que a publicidade assim obtida facilitava o que considerava sua principal missão, a de obter recursos para a expansão do estabelecimento. Isso não impediu, porém que essa visão despertasse o ciúme e a oposição de outras instituições de ensino e pesquisa de São Paulo, que condenavam às claras ou às cultas esse procedimento.

Já estruturalmente predispostos a considerar disfuncional a publicação de material jornalístico e portanto a não contribuir para ela, o cientista não costuma ver com bons olhos as alterações por que necessariamente terá de passar o que transmitiu ao profissional de imprensa. Apontará, com maior ou menor razão, a ausência de fidedignidade, decorrente da falta de instrumental por parte do profissional. Mas condenará também, vendo-a como deformação, a alteração formal procedida pelo jornalista na busca de criar interesse.

É aí que sobrevirão acusações como as de sensacionalismo ou deturpação. Ocasionalmente a falta de instrumental do jornalista poderá levá-lo com efeito a cometer erros, traduzidos na falta de correspondência entre o fato original e o material divulgado. Entretanto, o simples destacar-se do ineditismo ou, ainda mais, do interesse social da informação bastará quase sempre para despertar as críticas — e o fechamento — das fontes. Ao que tudo indica, porém, a origem dessa incompreensão estará antes no desestímulo estrutural dado ao cientista com relação à publicidade do que em uma real falha profissional.

Isso conduz à discussão a respeito da relação entre o veículo e seu público. Parece claro, sem o destaque aos componentes essenciais de notícia e, mais do que isso, sem a obtenção de um denominador comum que a coloque no quadro referencial do público, em termos de linguagem e interesse, dificilmente ela encontrará aceitação. Ao procurar essas metas, portanto, o jornalista nada mais estará fazendo do que compondo sua função social — preparar uma mercadoria em condições de achar comprador.

Haverá, porém, comprador para o que constitui objeto do jornalismo científico? Parece hoje que a resposta é positiva. No Exterior, revistas como *Scientific American*, *Science* 84, *Discovery*, *La Recherche*, *New Scientist*, *Psychology Today* e outras alcançam tiragens expressivas. O Ulrich's International Periodicals Directory enumera nada menos do que 550 títulos de publicação de caráter científico. A mais conhecida delas, *Scientific American*, foi fundada em 1845 e circula hoje com 665.000 exemplares. *Scientific American* é atualmente publicada em 8 línguas: inglês, italiano, espanhol, francês, alemão, japonês, chinês e russo. Já a tiragem da *Science*, editada pela Sociedade Americana para o Progresso da Ciência, atinge 160.000 exemplares. A tiragem de *La Recherche*, francesa, vai a 45.000. *Psychology Today*, publicação noticiosa da área de Psicologia — não capitulada entre os 550 títulos, que se referem apenas a publicações científicas não especializadas — tem 1 milhão de exemplares por número. (6) Isso se deve, em grande parte, à elevação real dos rendimentos das categorias profissionais média e alta, aliada aos processos de especialização e de sofisticação técnica. No Brasil, mais modestamente, publicações jornalísticas de temática científica também registram crescimento. Luis Eduardo Acosta Hoyes (4) lista 26 revistas brasileiras de caráter científico das quais 24 têm tiragens entre 600 e 5.000 exemplares e duas, *Ciência Hoje* e *Revista do Professor de Matemática* alcançam respectivamente 55.000 e 16.000 exemplares.

A elas poderiam ser acrescentadas a *Revista Brasileira de Tecnologia*, editada pelo CNPq, e a *Revista Nacional de Telemática*. Todas elas apresentam material de boa qualidade e tiragens elevadas. Seu êxito mostra que no Brasil já há espaço para publicações dedicadas à ciência e tecnologia. Sem levar em conta as matérias compradas no exterior e os *free lancings* nacionais, elas representam mercado de trabalho para entre 50 e 80 jornalistas.

Esse quadro não pode ser encarado de forma excessivamente otimista.

Há dois meses a Editora Abril suspendeu a circulação da revista *Ciência Ilustrada*, após 18 edições. Da mesma forma, uma observação superficial permite afirmar que os grandes jornais brasileiros têm dedicado pouco espaço à seção especializada em ciência e tecnologia. Em termos de Telejornalismo, apenas dois programas — um deles, o Fantástico, em horário nobre — dedicam espaço de forma sistemática a temas científicos e tecnológicos. Essa observação permite supor que o número de empregos para jornalistas dedicados exclusivamente à ciência e tecnologia, em veículos de comunicação não especializados, reduziu-se em comparação com épocas de maior prosperidade econômica do setor editorial, notadamente no período 1970-1976.

Apesar disso, o volume de informações com conteúdo científico e tecnológico, mesmo nesses veículos, ampliou-se perceptivelmente. Isso se deve ao aparecimento e desenvolvimento de diversos temas noticiosos que tornaram necessário uma abordagem com orientação científica. Entre eles podem ser lembrados: o programa nuclear brasileiro, o choque do petróleo, o Proálcool, os desmatamentos, o crescimento da indústria química e petroquímica, a indústria brasileira aeroespacial, a indústria brasileira de material bélico, a expedição à Antártida, a necessidade de acréscimos na produtividade agrícola e tantos outros. Embora não sejam temas vinculados a uma seção dedicada à Ciência e à Tecnologia, exigem crescente especialização e indubitavelmente despertaram sensível interesse por parte do público.

Aí é que reside hoje, no Brasil, o maior campo de trabalho para o jornalista especializado em ciência. Praticamente todos os veículos de comunicação de grande e médio porte que se dedicam ao jornalismo contam hoje com profissionais especializados em temas como esses — ou, no mínimo, sentem necessidade de tê-los.

No Brasil, portanto, o principal público para o material noticioso que envolve ciência é composto por leitores, ouvintes ou telespectadores heterogêneos que, normalmente, não estão interessados exclusivamente ou especialmente em temas científicos. Seu interesse será captado, portanto, pela qualidade da jornalística do material apresentado.

Se a grande maioria dos jornalistas brasileiros está orientada para buscar no público esse interesse e sabe como fazê-lo de maneira genérica, não se pode dizer que muitos dominam a linguagem e os conteúdos da área científica e tecnológica a ponto de garantir a absoluta fidedignidade do material. Na verdade, como assinala June Goodfield, (3) jornais e televisão são instrumentos imperfeitos para a comunicação da ciência e das idéias científicas — mas o são para qualquer área. Isso, porém, deve constituir apenas um estímulo para o aperfeiçoamento desse trabalho e para esse objetivo que, sem dúvida, se tende.

Podemos constatar que há um crescente interesse do público — ao menos segundo o diagnóstico que os responsáveis pelos meios de comunicação fazem — por temas que envolvem ciência e tecnologia. E podemos constatar também que, embora incipiente no Brasil, existe uma tendência mundial à aplicação do interesse específico — ou à ampliação da possibilidade de atendê-lo — registrada na expansão das publicações especializadas. Exatamente por isso seria altamente recomendável que nós, jornalistas, investíssemos na ampliação também de nossa capacidade de atender a esse interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA, Juez — *Jornalismo — Informação — Comunicação*. São Paulo, Martins, 1971. p. 37-67.
2. CALVO HERNANDO, Manuel — Periodismo científico y sociedad. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 4.º CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 1., São Paulo, 1982. Memória. São Paulo, Associação Brasileira de Jornalismo Científico, Asociación Ibero-americana de Periodismo Científico, 1984. p. 181-207.
3. GOODFIELD, June — *Science and the media*. Washington, American Association for the Advancement of Science, 1981.
4. HOYO, Luís Eduardo Acosta — *Perfil das revistas brasileiras de ciência e tecnologia*. Mineo, 1983.
5. TOMALIN, Nicholas apud GOODFIELD, June — *Science and the media*. Washington, American Association for the Advancement of Science, 1981.
6. ULRICH'S international periodicals digest. New York, Bowker, 1981.